

Embriaguez de democracia

Ricardo A. Setti *

Olhando o que ficou para trás, nessa campanha eleitoral, e mirando o que vem pela frente, amanhã — a primeira eleição presidencial direta em três décadas num dos cinco países mais populosos do planeta —, não é nem um pouco difícil concluir: valeu a pena. A campanha eleitoral que se encerra sepultou, como num ~~ma~~ avalanche, toda uma coleção de preconceitos, reclamações, resmungos e ~~marizes~~ torcidos que se ergueu, no começo, contra a disputa pela presidência. Os candidatos, mas, sobretudo, o povo, as multidões que encheram ruas e praças, desmoralizaram diagnósticos e previsões pessimistas sobre as eleições. A conversa fiada a respeito da viabilidade ou não da democracia no Brasil foi atropelada pela prática democrática na vida real.

No começo — será que todos ainda se lembram? — travou-se um verdadeiro campeonato brasileiro de mau humor em relação ao 15 de novembro. Havia candidatos demais, queixavam-se uns. Os candidatos não tinham programa, reclamavam muitos. Os candidatos não estavam à altura dos problemas do país, ouvia-se por toda parte. O horário eleitoral gratuito era uma coisa chatíssima e, além do mais, inútil, que não teria audiência e seria abafado do Oiapoque ao Chui pelo barulho do clic de aparelhos de TV desligados. O povo, previu-se, não se ligaria na campanha, e os políticos fariam comícios para punhados de militantes solitários.

Não foi nada disso, como se viu. Candidatos demais? Bem, isso permitiu que estivessem representadas na disputa todas as correntes de pensamento possíveis e imagináveis no Brasil. Além do mais, em democracias sérias, como a França, por exemplo, também aparecem dezenas de candidatos. O curso da campanha é que realiza um trabalho de peneira. No Brasil, foi o que ocorreu. Numa primeira fase, dos 22 postulantes iniciais, sobraram 11 candidatos "sérios". Com o avançar da campanha, os mais fracos eleitoralmente foram eles próprios se excluindo dos grandes debates, dos grandes comícios — e o fato é que, nesta reta final, há quatro candidatos disputando para valer a passagem para o segundo turno.

A cobrança por programas de governo também perdeu o sentido. E, para se chegar a tal constatação, não é sequer preciso recorrer às maçudas propostas de governo do ex-governador Fernando Collor de Mello, do PRN, do senador Mário Covas, do PSDB, ou do deputado Afif Domingos, do PL, espalhadas por todos os cantos do país. Alguém, por acaso, tem dúvidas sobre o que o deputado Luís Inácio Lula da Silva e seu PT pretendem fazer se chegarem ao Palácio do Planalto? O eleitoral por acaso desconhece as idéias de Leonel Brizola, do PDT, para governar o país? Paulo Maluf, do PDS, ainda será um enigma para alguém?

Quanto ao ceticismo sobre o preparo ou a competência dos candidatos, a coisa vai na mesma linha. Trata-se, acima de considerações pessoais ou ideológicas, de um bom time. Há ali experiência profissional, tempo de estrada na política, anos de administração da coisa pública nas costas. Basta correr os olhos pela lista dos 11 mais viáveis do início da corrida: cinco engenheiros, dois advogados, dois administradores/economistas, um operário especializado, um médico. Além disso, quatro deles foram governadores de estado, quatro ocuparam prefeituras de capitais, três pilotaram ministérios, cinco estiveram em secretarias estaduais, dez desempenharam ou ainda são titulares de mandatos parlamentares, um foi dirigente sindical de extraordinária importância na vida do país. De Covas a Lula, de Brizola a Maluf, os



candidatos são um retrato razoavelmente fiel do que o país é. Há, por acaso, algum extraordinário brasileiro, excepcionalmente superior aos que estão no páreo pelo Planalto? Teríamos algum Charles de Gaulle em potencial que não concorre à Presidência, um Winston Churchill escondido, um Franklin Delano Roosevelt que estamos nos dando o luxo de excluir da disputa? Não, é claro. No conjunto de qualidades e defeitos, de experiência e ousadia, nossos candidatos são o que possuímos de melhor.

Os demais motivos de choradeira rabugenta contra a campanha eleitoral se esvaíram a olho nu. O horário eleitoral gratuito, por exemplo, pode ter sido chato, pode necessitar — como de fato ocorre — ser repensado, mas foi assistido por audiências colossais, conforme comprovam os institutos de pesquisa, e obviamente ajudaram o povo a conhecer os candidatos e suas idéias. A previsão de que os brasileiros, exaustos com a política e os políticos, deixariam a campanha passar, sonolenta e vazia, foi atropelada pelo cenário espetacular dos comícios gigantescos, das carreatas intermináveis, do povo debaixo de sol e chuva a cantar e a aplaudir.

Os últimos debates de presidenciais — o da Rede Bandeirantes, há dez dias, e o do SBT, encerrado ontem de madrugada —, mesmo que não tivessem o conteúdo que acabaram tendo, haveriam de emocionar pela simples visão do grupo de candidatos — voz rouca, quilos a menos, a pele queimada pelo sol da campanha, de certa forma igualados na dura luta atrás dos votos de 82 milhões de brasileiros.

É claro que ocorreram percalços: uma certa dose de violência em comícios, destemperos verbais nos debates e palanques, abusos no horário eleitoral gratuito,

trampolinagens graves como o falecido lançamento da candidatura do empresário e apresentador Silvio Santos. Isso tudo, agora, já passou — e o importante é que o Congresso tenha sido sensibilizado para a necessidade de criar um mínimo de regras decentes para a fundação e o funcionamento de partidos políticos e, sobretudo, para seu acesso gratuito à televisão. Do jeito que as coisas estão, como provou o felizmente extinto PMB, qualquer punhado de aventureiros, de trombadinhas da

política, que não resistiriam, em condições normais, ao estacionamento próximo de um camburão da polícia, podem armar golpes contra a lisura das eleições.

De toda forma, esta gloriosa campanha presidencial foi capaz de produzir um saldo positivo até dos sustos negativos, como a armação da candidatura pára-quedista do PMB: o Tribunal Superior Eleitoral lavou a alma nacional, estendeu uma rede de trapezista debaixo da vergonha na cara do Brasil e passou à opinião pública, num gesto efêmero mas altamente significativo, um gostinho do que poderia ser o país se nossa Justiça fosse, como foi o TSE, rápida, justa e implacável.

A campanha foi, sobretudo, um formidável festival de liberdades públicas, com todos os ingredientes suscetíveis de arrepiar os cabelos daqueles militares que sufocaram a democracia durante duas décadas em nome de uma suposta ordem: comunista nos palanques, bandeiras vermelhas nas praças, grandes massas humanas se manifestando, rádio e televisão sem censura, greves pipocando por toda parte. O Brasil caminhou em embriaguez democrática mas em paz até as urnas, e é nelas que o eleitorado vai tentar, amanhã, começar a acabar com a verdadeira desordem que foi implantada, ao longo da década, por suas elites. Se não der certo, ou não der totalmente certo, a campanha pelo menos foi um fortíssimo fator de consolidação da democracia — e isso nos dá, agora, a firme esperança, próxima da certeza, de que daqui a cinco anos possamos praticar este ato maravilhosamente simples e decisivo: votar para presidente de novo.

* Editor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo